

Corte de Salários no Quênia Expandirá a Pobreza, não os Empregos Decentes

por Robert Pollin, Mwangi we Githinji and James Heintz,
Departamento de Economia e Instituto de Pesquisa em Economia Política (PERI) Universidade de Massachusetts-Amherst

Alguns economistas culpam os excessivos custos do trabalho pela falta de crescimento dos empregos produtivos nos países de baixa renda. Por exemplo, um artigo de 2005 do Banco Mundial, intitulado “Jobs in Kenia: Concept Note” (Empregos no Quênia: Notas Conceituais) dá primordial ênfase à essa explicação. Mas isso faz sentido? Acreditamos que não, como explicamos em nosso relatório recente, ‘[An Employment Targeted Economic Program for Kenya](#)’ (Um Programa Econômico Focado no Emprego para o Quênia).

Custos do trabalho são considerados excessivos quando a compensação total dos trabalhadores excede sua contribuição produtiva. As duas explicações tradicionais são salários excessivamente altos e regulação rígida do mercado de trabalho, tais como as relativas a sindicatos e salários mínimos. Começemos com o debate sobre os salários altos.

Salários Altos

Nós assumimos uma meta de elevar os empregos do setor formal privado em 25 por cento (isto é, de 777.000 empregos para 960.000, um aumento de 190.000 empregos). Usando a Pesquisa Integrada de Orçamento Familiar do Quênia (KIHBS-Kenya Integrated Household Budget Survey) de 2005-6, simulamos o quanto o salário médio do trabalhador do setor formal privado teria de ser reduzido para que essa meta fosse atingida.

Se assumirmos uma ‘elasticidade salarial do emprego’ de -0,6 (tomando por base as elasticidades estimadas para países similares), o salário médio do setor formal privado teria de ser reduzido em cerca de 42 por cento para gerar 190.000 novos empregos nesse setor. O salário médio resultante seria de Ksh 4.100 (Ksh 5.220 nas áreas urbanas e Ksh 2.784 nas rurais). Essa média nacional estaria 15 por cento abaixo do nível de pobreza.

O salário médio de trabalhadores urbanos cairia de 50 por cento acima da linha da pobreza para 10 por cento abaixo desta e o dos trabalhadores rurais de 34 por cento acima para 23 por cento abaixo. Cerca de 1,7 milhões de quenianos sofreriam (os 770.000 trabalhadores mais seus 900.000 dependentes).

Porém, 400.000 quenianos seriam beneficiados, ou seja, os 190.000 trabalhadores que obteriam novos empregos no setor formal e seus 210.000 dependentes. Se assumirmos que esses trabalhadores com novos empregos deixariam atividades do setor informal, seus ganhos aumentariam em média 60 por cento.

Mas esses 400.000 quenianos permaneceriam vivendo abaixo da linha da pobreza (10 por cento abaixo em áreas urbanas e 23 por cento abaixo na rural). Além disso, o tamanho total do setor formal privado permaneceria muito pequeno, ou seja, perto de 7 por cento da força de trabalho queniana. Assim, corte de salários não é uma solução viável em um país de baixa renda como o Quênia. Enquanto a intensidade da pobreza poderia ser reduzida para alguns trabalhadores, o efeito líquido ampliaria a incidência da pobreza.

Sindicatos de Trabalhadores

Qual o problema com os sindicatos de trabalho? O estudo “Jobs in Kenia: Concept Note” do Banco Mundial os considera uma das maiores fontes de rigidez do mercado de trabalho. Mas os sindicatos representam uma pequena e cada vez menor parcela da força de trabalho do Quênia. Esse também é o caso de muitos outros países de baixa renda que passam por ajustes estruturais.



Entre 1985 e 2000, por exemplo, a adesão aos sindicatos no Quênia caiu de cerca de 700.000 para cerca de 436.000— declínio de 38 por cento. Atualmente, os sindicatos apenas representam cerca de 4 por cento da força de trabalho total. Além disso, a Pesquisa de 2003 no Quênia reporta que perto de 94 por cento das empresas relataram zero dias de trabalho perdidos em greves ou agitações.

Trabalhadores sindicalizados são frequentemente acusados de receber prêmios salariais. Mas trabalhadores de elite, que recebem altos prêmios baseados em sua educação ou habilidades, geralmente não fazem parte de sindicatos de trabalhadores no Quênia. Os sindicatos estão concentrados no setor público, representando trabalhadores abaixo dos níveis seniores. No setor privado eles tendem a representar trabalhadores que não são altamente qualificados. Assim, por várias razões, sindicatos não são uma fonte provável da rigidez das regras do mercado de trabalho.

Salários Mínimos

Os salários mínimos dificultam a criação de empregos, especialmente entre os trabalhadores mais pobres, ao tornar o seu trabalho não qualificado caro demais? É verdade que uma confusa estrutura de 45 diferentes salários mínimos no Quênia precisa ser simplificada.

Mas verificando os dados de 2005-6 KIHBS, descobrimos que quase três quartos de todos os trabalhadores pagos por hora receberam, em média, salários menores que o mínimo determinado. Para trabalhadores do setor privado pagos em base diária ou mensal (que representam a maioria de todos os empregados pagos), os salários são 43-50 por cento mais baixos que o menor salário mínimo instituído. Sendo tão baixos, salários mínimos exercem pequena influência na estipulação dos salários.

Ao invés de aceitar conselhos de que reduzir ou eliminar salários mínimos, enfraquecer sindicatos ou promover corte de salários poderiam criar mais empregos, o governo deveria concentrar-se na expansão direta dos empregos decentes através de um amplo programa econômico focado no emprego, que incluía medidas para aumento da produtividade do trabalhador, aumento da disponibilidade de crédito e facilitação do acesso à infra-estrutura econômica e social.

O **Centro Internacional de Pobreza** (CIP) é um projeto conjunto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Governo Brasileiro, que tem como finalidade a promoção da Cooperação Sul-Sul em pesquisa aplicada e treinamento sobre temas relacionados à pobreza. O CIP se especializa na análise dos temas da pobreza e da desigualdade e na provisão de recomendações para a formulação de políticas direcionadas à redução da pobreza. O CIP é diretamente vinculado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o qual elabora pesquisas no âmbito do Governo Brasileiro, e ao Bureau for Development Policy, PNUD.

O CIP publica Working Papers, Policy Research Briefs, edições da revista *Poverty in Focus*, One Pagers e Country Studies.

Para informações adicionais e acesso às publicações do CIP:
www.undp-povertycentre.org